

Direito Eleitoral

2018

Jorge Miranda

Professor Catedrático das Faculdades de Direito
da Universidade de Lisboa e da Universidade Católica Portuguesa

ÍNDICE GERAL

INTRODUÇÃO

1. O Direito eleitoral político, segmento do Direito constitucional	11
2. O estudo das matérias eleitorais	14

CAPÍTULO I A ELEIÇÃO E A REPRESENTAÇÃO POLÍTICA

§ 1.º A eleição

3. As formas de designação dos titulares de órgãos	19
4. A eleição em geral	21
5. A eleição em diferentes domínios	25
6. Eleição e procedimento	28

§ 2.º O princípio eletivo e o princípio representativo

7. A eleição política	31
8. O princípio representativo	32
9. Representação política e democracia participativa	38

§ 3.º

A democracia representativa

10. Do governo representativo liberal à democracia representativa	39
11. Do sufrágio restrito ao sufrágio universal	41
12. Os partidos políticos e o princípio representativo	46
13. O princípio da responsabilidade política	52
14. Democracia representativa e Estado de Direito	56

CAPÍTULO II

A ELEIÇÃO NO DIREITO PORTUGUÊS

§ 1.º

Relance histórico

15. A eleição no constitucionalismo português	61
16. O constitucionalismo liberal	63
17. O constitucionalismo autoritário	67
18. A passagem ao constitucionalismo democrático	72
19. As eleições na Constituição de 1976	74
20. A legislação eleitoral	79

§ 2.º

Os princípios constitucionais atuais

21. Síntese dos princípios	83
22. Os princípios da universalidade e da igualdade eleitorais	86
24. Os princípios da individualidade, da pessoalidade e da permanência	89
25. O princípio da liberdade	90
26. O princípio da imediatividade	93
27. O princípio da periodicidade	93
28. O princípio da representação proporcional	94
29. O princípio da estabilidade da lei eleitoral	94
30. O princípio da normalidade constitucional	95
31. O princípio da proteção da confiança	96
32. O princípio da tutela jurisdicional	97
33. A garantia através do Provedor de Justiça	97

CAPÍTULO III OS CIDADÃOS ELEITORES

§ 1.º

Sufrágio e capacidade eleitoral

34. O direito de sufrágio e os outros direitos políticos	99
35. Titularidade do sufrágio ou capacidade eleitoral ativa	103
36. A condição dos portugueses também cidadãos de outro Estado	105
37. O direito de voto dos cidadãos residentes no estrangeiro	106
38. A capacidade eleitoral ativa de não portugueses	109
39. As incapacidades eleitorais ativas	112
40. Capacidade eleitoral passiva	114
41. Incapacidades eleitorais passivas	119
42. Quadro das incapacidades passivas	121
43. Limitação de mandatos e não reelegibilidade	126
44. Os cidadãos e os colégios eleitorais	128

§ 2.º

Recenseamento eleitoral

45. Sentido	133
46. Relevância político-constitucional	134
47. Funções específicas	137
48. Projeção subjetiva	141
49. Estrutura do recenseamento	143
50. As chamadas abstenções técnicas e o recenseamento	144

CAPÍTULO IV OS SISTEMAS ELEITORAIS

§ 1.º

Os sistemas eleitorais em geral

51. Os sistemas eleitorais	147
52. Representação maioritária e representação proporcional	153
53. Sistemas eleitorais e sistemas políticos	154

§ 2.º

Os sistemas eleitorais em Portugal

54. Sistema eleitoral relativo ao Presidente da República	157
55. Sistema eleitoral relativo aos Deputados à Assembleia da República	158
56. Sistema eleitoral relativo aos Deputados ao Parlamento Europeu	164
57. Sistemas eleitorais relativos aos Deputados às Assembleias Legislativas Regionais	164
58. Sistema eleitoral relativo aos titulares dos órgãos das autarquias locais	165

CAPÍTULO V

A ADMINISTRAÇÃO ELEITORAL

59. Características gerais	167
60. As comissões recenseadoras	168
61. As assembleias de voto e as respetivas mesas	169
62. As assembleias de apuramento	170
63. O Tribunal Constitucional e os tribunais como órgãos de Administração eleitoral	171
64. A Entidade das Contas e Financiamentos Políticos	172
65. As Direções de Serviços do Ministério da Administração Interna	173
66. A Comissão Nacional de Eleições	174
67. Outros órgãos e serviços	179

CAPÍTULO VI

ANTES DA ELEIÇÃO

§ 1.º

A marcação das eleições

68. A data de marcação das eleições	181
69. A competência para marcação do dia das eleições	182

§ 2.º

As candidaturas

70. Eleições e candidaturas na evolução do governo representativo	183
71. Funções das candidaturas	185
72. O fenómeno jurídico das candidaturas	187
73. Princípios e subprincípios constitucionais	189
74. Categorias de proponentes ou sujeitos de candidatura	191
75. Os partidos políticos, sujeitos das candidaturas	196
76. Os grupos de cidadãos, sujeitos das candidaturas	202
77. Candidaturas e candidatos	204
78. A escolha dos candidatos	207
79. As candidaturas e a participação política das mulheres	208
80. A propositura das candidaturas	216
81. Procedimentos subsequentes	219
82. Estatuto dos candidatos	219

§ 3.º

A campanha eleitoral

83. Campanha eleitoral e procedimento	223
84. Duração	225
85. Promoção	226
86. O respeito pelas denominações e pelos símbolos religiosos, nacionais, regionais e locais	226
87. Imparcialidade, neutralidade, igualdade	227
88. Liberdade de propaganda	230
89. As sondagens e os inquéritos de opinião	232
90. O financiamento	233

CAPÍTULO VII

A REALIZAÇÃO DA ELEIÇÃO

§ 1.º

O sufrágio

91. A data das eleições	237
-------------------------	-----

92. O exercício do sufrágio	238
93. Processo de votação	241
94. Impossibilidade de votação	242
95. Garantias da liberdade e da paz cívica	243
96. Boletins de voto	244
97. Modo como vota cada eleitor	245
98. Os votos em branco	246

§ 2.º

O apuramento

99. Apuramento parcial	249
100. Apuramento geral	251
101. Situação jurídica dos candidatos eleitos	252

CAPÍTULO VIII

O CONTENCIOSO ELEITORAL

102. Evolução do contencioso eleitoral português	255
103. Características	258
104. Âmbito	260
105. Contencioso eleitoral político e contencioso administrativo	263
106. Regime processual	264
107. A jurisprudência do Tribunal Constitucional	267

CAPÍTULO IX

O ILÍCITO ELEITORAL

108. Ilícito criminal	269
109. Regras comuns	270
110. Ação penal	271
111. Ilícito de mera ordenação social	271